

1 ATA DA 51ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL 2 DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

3 Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, em ambiente web,
4 por meio da ferramenta do Google Meet, às 13h30, compareceram na Plenária do
5 Conselho Estadual dos Direitos Humanos(CEDH), os seguintes conselheiros:
6 **representantes da sociedade civil:** Fabrício Bogas Gastaldi representante titular
7 (Acontece Arte e Política LGBT+), Ana Ludvig, representante titular (Centro de
8 Direitos Humanos de Brusque), Rafaela Kohler (Centro de Direitos Humanos de
9 Brusque), Maria del Carmen, representante titular (Instituto Memória e Direitos
10 Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Lucilene
11 Binsfeld, representante titular (Central Única dos Trabalhadores -CUT-SC),
12 Ricardo Maes, representante suplente (Central Única dos Trabalhadores -CUT-
13 SC), Felipe Fuentes, representante suplente (Cáritas Brasileira), Valdete
14 Daufemback (CDH Maria da Graça Braz), Celina Rinaldi, representante titular
15 (Instituto Gentes de Direitos – IGENTES) e **representantes**
16 **governamentais:**Fabiana de Souza (Secretaria de Estado de Desenvolvimento
17 Social - SDS), Ludmila Malta (Secretaria de Estado da Saúde – SES), Cláudio
18 Márcio Araújo da Gama (Secretaria da Casa Civil – SCC), Juliana Coelho de
19 Campos, representante titular (Secretaria de Estado da Administração Prisional e
20 Socioeducativa – SAP), Maria Benedita da Silva Prim (Secretaria de Estado da
21 Educação – SED), Débora Carla Pimenta (Secretaria de Estado do
22 Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDE), Luciano Carmo (Secretaria
23 de Estado da Fazenda – SEF), e **como convidados/as:** defensora pública do
24 estado Ana Paula Fischer, coordenadora do Núcleo de Cidadania, Igualdade,
25 Diversidade, Direitos Humanos e Coletivos (NUCIDH), Cyntia de Oliveira Nogueira
26 Bastos (estagiária em Serviço Social da Gerência de Políticas para Mulheres e
27 Direitos Humanos -SDS) e Myriane Gonçalves da Silva. **Plenária é aberta (1)**
28 pelo presidente Fabrício Gastaldi, agradecendo a presença de todos, fez sua
29 autodescrição e indagou a Secretária quanto o levantamento de quórum. A
30 secretária afirmou que havia quórum. Na sequência, fez a **leitura da pauta (2)**
31 **para aprovação e/ou inclusões.** A secretária comunicou a todos sobre o
32 encaminhamento de sugestões de pauta no e-mail do Conselho pelo conselheiro
33 Cláudio Gama (SCC). A secretária fez a leitura dos pontos sugeridos. A
34 conselheira Celina (IGENTES) também havia sugerido alguns pontos de pauta. O
35 CEDH deliberou por discutir os pontos na próxima plenária e, caso houvesse
36 tempo disponível poderiam ir sendo discutidos ainda nesta reunião. Dando
37 continuidade Fabrício (Acontece) indagou a Secretária para comunicar as
38 apresentações de **justificativa de ausência (3).** A secretária informou que foram
39 apresentadas as justificativas dos/as conselheiros/as: Fernanda Zimmerman
40 (SED), da conselheira Carolina Zurita (SSP) e sua suplente a Kelly Cristina
41 Schafer Batistella (SSP), a conselheira Daiane Possamai (ICJ) e seu suplente e
42 por fim a Isadora Conversano (Cáritas). As justificativas são aprovadas. Dando
43 continuidade foi iniciado o **ponto (4), devolutivas das ações da última plenária.**
44 O presidente sugeriu fazer uma inversão de pauta, o ponto (4) passar para o
45 ponto (5) e este para o (4). Todos aprovaram. Com isso, foi introduzido o **ponto**
46 **(4) leitura e aprovação do Regimento Interno (RI).** Fabrício (Acontece) fez um
47 breve relato dos trabalhos da Comissão de Legislação e Normas e, em seguida
48 foi pedido para ser feito o registro no *chat da plataforma* o voto de aprovação (ou
49 não) do RI. *O regimento é então aprovado com 2 (duas) abstenções* referente aos
50 conselheiros Luciano (SEF) e Débora Carla (SDE).Fabrício (Acontece) aproveitou
51 a oportunidade e fez a introdução do **ponto (6) que trata do funcionamento das**
52 **Comissões.** O presidente fez um informe quanto a obrigatoriedade de
53 participação dos conselheiros/as em pelo menos uma das Comissões com
54 exceção dos membros da Mesa Diretora, do prazo para organização das

55 Comissões até a próxima plenária e da apresentação de um plano de trabalho por
56 cada uma das Comissões, todos os itens acima mencionados encontram-se
57 presentes no RI. A conselheira Lucilene (CUT-SC) perguntou acerca da
58 organização das Comissões. A Secretária do Conselho mencionou a existência
59 de grupos de aplicativo (WhatsApp) de todas as Comissões e que cada uma deve
60 escolher seu coordenador. Fabrício (Acontece) propôs colocar no grupo geral um
61 link que direcionasse para os grupos das Comissões. O presidente fez a leitura
62 das Comissões e mencionou a possibilidade de serem criadas outras/novas
63 Comissões ou Grupos de Trabalhos (GTs). **Encaminhamento: organização das**
64 **Comissões e construção de seus respectivos planos de trabalho com prazo**
65 **até a próxima plenária.** Dando continuidade foi iniciado o **ponto (5)** que trata das
66 **devolutivas das ações da última plenária.** Fabrício (Acontece) mencionou
67 terem sido feitos os seguintes encaminhamentos: Ofício à empresa Brasil Foods
68 (com resposta), Recomendação à Polícia Federal para verificarem a situação dos
69 imigrantes em Santa Catarina, porém, seria reencaminhado documento mais
70 completo a Polícia Federal, disponibilizado no grupo do CEDH pela conselheira
71 Celina (IGENTES). Quanto aos encaminhamentos pendentes enumerou os
72 seguintes: redigido ofício ao disque 100 e encaminhado ao grupo Interconselhos
73 porém não encaminhado àquele, a reunião interconselhos havia sido cancelada, a
74 reunião para tratar da reestruturação/implantação do Comitê de
75 Acompanhamento e Monitoramento da População de rua – CIAMP, a secretaria
76 do Conselho lembrou que estava agendada para o dia 13 de setembro, por fim o
77 presidente comunicou que o pedido do CEDH em relação a reunião conjunta na
78 Assembleia Legislativa (ALESC), teria sido aprovada pela entidade no dia 08 de
79 setembro porém com data a definir. A conselheira Celina (IGENTES) comentou
80 acerca de documento, disponibilizado no grupo, a ser encaminhado aos
81 empregadores que trata da questão dos imigrantes. O ponto foi concluído com o
82 encaminhamento do Ofício que tratava da violência contra os movimentos
83 populares, sem retorno. Dando prosseguimento a reunião foi introduzido o **ponto**
84 **(7) Comitê Intersetorial de Monitoramento e Acompanhamento das pessoas**
85 **em situação de rua-CIAMP.** A conselheira Fabiana (SDS) mencionou reunião do
86 dia 23 de agosto para continuidade das ações de implantação e implementação
87 do CIAMP com participação tanto do governo quanto da sociedade civil, foram
88 convidados o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS e o CEDH-SC,
89 que instigaram a SDS para a retomada dessas ações e também o Movimento
90 Nacional da População em situação de rua representada pelo Sr. Daniel e a sra.
91 Ivone Perassa que representou a Pastoral do povo da rua. Fabiana (SDS) citou a
92 participação da SDS representada pela diretoria de assistência social, habitação e
93 diretoria de direitos humanos, da SED, da Defensoria Pública do Estado – DPE, e
94 demais órgãos. A conselheira informou que foi feito um resgate histórico a partir
95 do processo SST 7972/2018. Na minuta de projeto de lei constava a instalação de
96 um Comitê, porém teriam que ser revistas as Secretarias Estaduais uma vez que
97 algumas destas teriam sido extintas de acordo com a LC nº741/2019. Houve
98 também naquela reunião a sugestão para redução dos quantitativos de
99 representações. Por fim, Fabiana (SDS) comunicou que a próxima reunião seria
100 para trabalhar com essas questões e que o encaminhamento da última reunião
101 teria sido a criação de um Grupo de Trabalho (GT) em aplicativo de WhatsApp
102 com objetivo de repassar informações. Fabiana (SDS) concluiu mencionando
103 compartilhamento no drive de memória da reunião, a minuta de projeto de lei e a
104 LC nº 741/2019. Agradeceu a conselheira Ludmila (SES) pela participação e
105 apoio. O presidente aproveitou o ponto de pauta para perguntar acerca do resgate
106 do Comitê da população Imigrante. Fabiana (SDS) respondeu ter conversado com
107 a gerente Regina Suenes sobre o assunto, e que passou o contato da conselheira
108 Isadora (Cáritas) e do Fabrício (Acontece) para aquela. Finalizou sugerindo
109 convidar a gerente de Políticas para Igualdade Racial e Imigrantes (GEIRI) para a

110 próxima plenária. Na sequência foi iniciado o **ponto (8) da pauta** que trata do
111 **acesso de denúncias feitas pelo disque 100 e pela Ouvidoria Geral do**
112 **Estado (0800-644-8500)**. O conselheiro Cláudio (SCC) comentou que de acordo
113 com a lei nº 16.534/2014, o CEDH ou a Comissão de Monitoramento e Violações
114 de DH tem o direito de ter acesso às denúncias apontando que o próximo passo
115 seria quanto a discussão acerca da forma como se dará esse acesso e quem terá
116 esse acesso. A conselheira Maria del Carmen (IMDH) propôs que a Comissão de
117 Monitoramento de Violações e DH elaborasse um fluxograma para ser
118 apresentado em plenária para discussão. A conselheira Fabiana (SDS) explicou
119 como funcionava o recebimento, análise e encaminhamento das denúncias por
120 parte das gerências com o auxílio de equipe técnica, recebidas tanto da ouvidoria
121 nacional (disque 100) quanto da ouvidoria estadual. Fabiana (SDS) mencionou
122 também o cuidado tomado para não expor quem faz a denúncia, a vítima ou o
123 denunciado. Declarou ser feito diálogo com as instituições que fazem o
124 atendimento: equipamentos da assistência social e equipamentos da saúde, em
125 sua maioria. Explicou não ser feito o acompanhamento dessas denúncias, porém
126 é solicitado retorno das mesmas pelas instituições. Finalizou comentando que
127 cada gerência faz um controle (planilhas) dos dados das denúncias, como por
128 exemplo: para onde foi encaminhado, número do protocolo, datas, perfil das
129 vítimas. E, propôs ao CEDH fazer um trabalho mais voltado ao acompanhamento
130 do que ao encaminhamento para que não sejam replicadas informações. Ludmila
131 (SES) sugeriu que fosse feito um trabalho de orientação da população dos canais
132 de denúncias e seu retorno. Fabrício (Acontece) sugeriu fazer verificação do fluxo
133 no disque 100 e entender que tratamento é dado a essas denúncias no estado
134 para que desta forma seja possível cobrar dos órgãos responsáveis dados para
135 construção de políticas públicas. Ana Ludvid (CDH Brusque) comentou não haver
136 articulação entre os órgãos a quem são encaminhadas as denúncias para saber
137 se todas as suas necessidades foram supridas. Concluiu sugerindo a participação
138 de representante da Ouvidoria ou disque 100 na plenária do CEDH. Fabiana
139 (SDS) explicou que quando as denúncias chegam, são identificados, no
140 cabeçalho, os órgãos aos quais foi encaminhada a denúncia. Reiterou as palavras
141 da conselheira Ana Ludvig (CDH Brusque) dizendo que não se sabe se é
142 realizada a referência e a contrarreferência. Fabiana (SDS) manifestou a sua
143 preocupação não somente quanto aos encaminhamentos, mas também quanto ao
144 acompanhamento, o conhecimento do fluxo e a tabulação dos dados. Para a
145 conselheira o papel do Conselho seria analisar os dados a partir do diagnóstico
146 das denúncias e acompanhar junto aos órgãos competentes cobrar políticas
147 públicas. Concluiu informando que a Gerência de Políticas para Mulher e Direitos
148 Humanos (GEMDH) estava desenvolvendo atividades a partir da tabulação feita
149 por aquela com proposição de mapear os serviços específicos que atendem a
150 população LGBTI+ e, expressou o interesse em estar conversando com a
151 Comissão LGBTI+ para trabalhar essa questão. Ludmila (SES) comentou acerca
152 de situações de revitimização, trabalhar para evitar esse tipo de situação e
153 reiterou as falas anteriores quando comentou a falta de diálogo entre os órgãos
154 envolvidos. Cláudio (SCC) comentou sobre a articulação com os demais órgãos
155 para desenvolver ações conjuntas, porém disse que o CEDH teria autonomia para
156 receber diretamente as denúncias. A conselheira Lucilene (CUT-SC) sugeriu que
157 fosse convidado representante do disque 100 para participar de plenária do
158 CEDH para entender o fluxo e que fossem esclarecidas eventuais dúvidas. A
159 conselheira Maria del Carmen (IMDH) lembrou que existe uma rede de proteção
160 social em cada área e que nem todas essas pertenciam ao setor público.
161 Finalizou expressando ser interessante fazer o mapeamento de toda a rede de
162 proteção. **Encaminhamento: Entrar em contato com o responsável pela**
163 **Ouvidoria no Estado e a partir disso a Comissão de Monitoramento e**
164 **Violação de Direitos Humanos elaborará um fluxo.** Dando continuidade foi

165 iniciado o **ponto (9), Informes Gerais**. Fabrício (Acontece) mencionou caso,
166 amplamente divulgado nas mídias, de **deputados e vereadores que**
167 **relativizaram o caso Maria da Penha**. O conselheiro Ricardo Maes (CUT-SC)
168 que elaborou o documento a ser encaminhado ao Ministério Público de Santa
169 Catarina (MPSC) disse que a partir da publicação de foto do parlamentar com o
170 agressor, dada a repercussão e após sua tentativa de retratação, de acordo com
171 o conselheiro, o deputado reafirma que estava “*intrigado*”. Para Ricardo Maes
172 (CUT-SC) ao fazer essas afirmações o deputado “*pode ter incidido na prática do*
173 *crime de apologia ao crime ou ao autor de fato criminoso*”. Complementou seu
174 relato dizendo que devido à pandemia a Assembleia estaria fechada para
175 visitação, dependendo de autorização para entrada e no vídeo o deputado dizia
176 que o autor do crime teria chegado de surpresa. Para o conselheiro a maneira
177 institucional de o Conselho agir seria provocar o MPSC a sua atuação
178 constitucional que seria abrir um procedimento investigatório. Lucilene (CUT-SC)
179 disse que iria mais além e pediria a cassação do deputado. Ricardo (CUT-SC)
180 informou não ter encontrado enquadramento na quebra de decoro, porém afirmou
181 ter havido violação da Mesa da Assembleia. O conselheiro comentou que a
182 pessoa que autorizou a entrada do agressor violou as regras sanitárias do estado
183 ainda em vigência, porém caberia apuração pela Assembleia. Fabrício (Acontece)
184 fez um *informe quanto aos casos do professor de Criciúma e de Apiúna* que
185 estavam sendo assistidos pelas entidades LGBTI+. O próximo ponto dos assuntos
186 gerais trazido pelo conselheiro Cláudio (SCC) tratava-se de **atos de apologia ao**
187 **nazismo em escola particular e a existência de uma fábrica que produzia**
188 **artefatos com símbolos do nazismo**. O conselheiro informou que quanto a
189 fábrica a Polícia Civil já havia acionado a Interpol, pois o proprietário estaria de
190 férias em outro país. Quanto a escola, o conselheiro sugeriu ofertar disciplina não
191 obrigatória para os alunos daquela escola e acompanhar o processo da fábrica.
192 Para a conselheira Lucilene (CUT-SC) esses tipos de atitudes estariam tomando
193 proporções cada vez maiores e que os responsáveis deveriam ser punidos. Felipe
194 Fuentes (Cáritas) ressaltou que as notas de repúdio somente fortalecem e
195 incentivam esses tipos de atitudes. Manifestou-se a favor de serem tomadas
196 medidas mais efetivas. A conselheira Maria del Carmen (IMDH) comentou que
197 este tipo de atitude teria “legitimação de cima para baixo” e complementou que se
198 trata de uma situação vista também no exterior com o neofacismo, na Itália e o
199 neofranquismo, na Espanha e que de um modo geral todos estes partidos estão
200 crescendo. Quanto ao caso apresentado nas escolas, a conselheira mostrou-se
201 contrária a sugestão do conselheiro Cláudio (SCC). Ricardo Maes (CUT-SC)
202 lembrou da existência da rede de proteção e mesmo sendo a escola particular
203 esta deveria respeitar as leis do país. Para Ricardo (CUT-SC) seria interessante
204 conversar com a promotoria da infância e juventude do município. A defensora
205 Ana Paula Fischer (NUCIDH) mencionou a necessidade do Conselho instigar as
206 instituições, cobrar a atuação daqueles e seu posicionamento, além de
207 acompanhar as ações. Na sequência foi discutido acerca do **fechamento da**
208 **Universidade de São José (USJ)**. A defensora Ana Paula Fischer
209 (NUCIDH/DPE) explicou que a Universidade seria a primeira instituição de ensino
210 superior no país, mantida pelo município. Na discussão foi colocado que houve
211 uma intervenção do Ministério Público que analisou supostas irregularidades da
212 instituição. A conselheira Maria del Carmen (IMDH) sugeriu que o CEDH primeiro
213 tomasse conhecimento de todo o procedimento administrativo como forma de
214 subsidiar o argumento do Conselho na elaboração da Recomendação. A
215 defensora Ana Paula Fischer (NUCIDH/DPE) disse que seria interessante o
216 CEDH solicitar o documento na íntegra, que tramita no MPSC e mencionou não
217 haver nenhum tipo de orientação de encerramento das atividades pelo Conselho
218 Estadual de Educação, mas de orientações de aperfeiçoamento e adequações da
219 instituição. A defensora explicou que caso o município viesse a fazer pedido de

220 descredenciamento, caberá ao CEDH acatar. Concluiu dizendo que no caso de
221 encerramento o município deveria encaminhar os estudantes a outras instituições
222 para conclusão do ensino. **Encaminhamento: Solicitar reunião conjunta com o**
223 **prefeito de São José, o CEDH, a DPE/SC, CUT, Conselho Estadual de**
224 **Educação e Reitor da USJ. Após a reunião, se for o caso, elaborar**
225 **Recomendação.** Dando continuidade foi iniciado o ponto de pauta acerca das
226 questões dos sistemas prisionais. Cláudio (SCC) mencionou as denúncias dos
227 presídios de Joinville e de Tubarão e propôs ser feita uma vistoria nos 2 (dois)
228 ergástulos. Fabrício (Acontece) sugeriu convidar a Bárbara membro do
229 Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura para a realização dessa vistoria.
230 Ficou deliberado como **encaminhamento: enviar ofício a SAP solicitando**
231 **reunião conjunta para possibilidade de visita do Mecanismo nas unidades**
232 **de Tubarão e Joinville.** Na sequência foi discutido acerca do **corde de energia**
233 **nas comunidades carentes.** Como proponente desse ponto de pauta a
234 conselheira Celina (IGENTES) comentou que o Ministério Público de Santa
235 Catarina (MPSC) tem recomendado a Centrais Elétricas de Santa Catarina –
236 CELESC o corte de energia de áreas irregulares. A conselheira explicou que as
237 Ações Judiciais são negadas mesmo estando na condição de zonas especiais de
238 interesse social – ZEIS ou dentro do Programa de Aceleração do Crescimento -
239 PAC que o município de Florianópolis firmou convênio com o Ministério das
240 Cidades para regularização fundiária de mais de 16 (dezesesseis) comunidades em
241 Florianópolis e não cumpriu. Concluiu propondo uma conversa com a CELESC
242 para que se busque uma negociação extrajudicial. O conselheiro Ricardo Maes
243 (CUT-SC) comentou ter trabalhado na CELESC e explicou que nas zeis e áreas
244 ambientais recebiam ofícios semanais do Ministério Público Federal (MPF) para
245 não ligar a energia ou cortar se estivesse ligado nessas áreas. O conselheiro
246 propôs um diálogo com a instituição. **Encaminhamento: Elaboração de ofício**
247 **solicitando reunião conjunta com a CELESC e a representação dos**
248 **moradores. Elaboração de Recomendação a ser encaminhada ao MPF para**
249 **que seja acatada a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF.** Informes
250 gerais foram feitos ao final da plenária. Fabrício (Acontece) agradeceu a presença
251 de todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela Brandão da Silveira
252 Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente aFabrício, presidente do CEDH/SC
253 assinamos.